SABERES E FAZERES AFRO-BRASILEIROS NA ESCOLA: ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS ANTIRRACISTAS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA.

Jéssica Adriana da Silva (PIC/UEM), Fagner Carniel (Orientador). E-mail: fcarniel@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Sociologia / Outras Sociologias Específicas.

Palavras-chave: Educação; Dialógica; Epistemicídio.

RESUMO

Esta pesquisa objetivou propor caminhos teóricos e práticos para apoiar o exercício docente na Educação Básica, voltados à elaboração de dinâmicas antirracistas. Embora o foco inicial estivesse na formulação de possibilidades de intervenção, no decorrer do estudo uma atividade pedagógica foi consolidada e aplicada no ensino superior, com a participação de um estudante da rede pública de Maringá, que compartilhou experiências de racismo vivenciadas na escola. Sua participação foi previamente autorizada pelo responsável legal, presente durante toda a atividade, e contou com o assentimento do próprio estudante; em razão disso, dispensou-se a submissão do trabalho ao comitê de ética, e todas as identidades foram mantidas em anonimato. A ação fundamentou-se na abordagem dialógica de Paulo Freire e no conceito de epistemicídio de Sueli Carneiro. De caráter qualitativo, a pesquisa foi estruturada em revisão bibliográfica, sistematização dos referenciais teóricos, elaboração de materiais pedagógicos e aplicação prática. Os resultados indicaram a viabilidade de articular as Teorias Críticas Raciais e a dialogicidade freiriana como subsídio para o ensino da Educação das Relações Étnico-Raciais, evidenciando o potencial de recursos pedagógicos para problematizar o apagamento de saberes, desnaturalizar assimetrias raciais e contribuir para o enfrentamento ao racismo no campo educacional.

INTRODUÇÃO

A problemática desta pesquisa foi motivada por um caso ocorrido em 2024, em uma instituição da rede municipal de ensino de Maringá (PR), no qual um estudante foi submetido a recorrentes episódios de discriminação racial. Diante das denúncias, a escola não reconheceu tais acontecimentos como racismo, atribuindo ao próprio aluno a responsabilidade pelos conflitos e classificando-o como “indisciplinado”. A situação evidenciou a existência de práticas institucionais capazes de naturalizar e silenciar violências raciais no espaço escolar.

A Lei nº 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na

Educação Básica (BRASIL, 2003, 2008), estabelecendo também implicações para a formação docente. No entanto, episódios como o ocorrido em Maringá evidenciam limites na concretização desse arcabouço normativo.

Destarte, este trabalho delimitou sua contribuição ao campo da educação antirracista, tendo como objetivo formular e experimentar uma proposta pedagógica voltada à compreensão do conceito de epistemicídio. Partiu-se da articulação entre a abordagem dialógica de Paulo Freire (1995) e referenciais voltados à educação e às relações raciais, compreendendo a experiência como possibilidade de construção de conhecimento. No decorrer da pesquisa, consolidou-se uma ação pedagógica aplicada na disciplina Ensino, Pesquisa e Extensão II, do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, no primeiro semestre de 2025, com a participação de um estudante da rede pública que compartilhou experiências de racismo vivenciadas no ambiente escolar.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi estruturada em quatro etapas interdependentes: revisão bibliográfica, sistematização dos referenciais teóricos, elaboração dos materiais pedagógicos e aplicação de uma atividade prática. A revisão mobilizou contribuições de Gomes (2017), Pinheiro (2023), Carneiro (2023) e Freire (1995), que fundamentaram a construção da intervenção.

Processo de construção da prática:

O ponto de partida foi a escuta dos relatos de discriminação racial no contexto escolar. A partir dessa experiência, adotou-se a dialogicidade freiriana como princípio condutor, reconhecendo a experiência como fonte de conhecimento. A sistematização dos referenciais conduziu à escolha do epistemicídio como conceito central para problematizar o currículo eurocentrado, o apagamento de saberes e as desigualdades educacionais relacionadas às relações raciais.

Com base nesse percurso, o conceito foi traduzido em uma proposta pedagógica organizada em quatro momentos: (1) escuta e contextualização; (2) exposição dialogada do conceito de epistemicídio; (3) reflexão mediada pelos materiais pedagógicos; e (4) encerramento simbólico de acolhimento e partilha, com a distribuição de poemas e bombons. Para a terceira etapa, foi elaborado um flyer com a imagem de Sueli Carneiro e uma frase relacionada às assimetrias raciais na educação. Em seu verso, foi registrada, com tinta invisível, uma questão relacionada ao tema, revelada posteriormente com uma lanterna de luz negra. O recurso buscou produzir uma experiência concreta sobre o apagamento de saberes e as possibilidades de resistência pela produção de outros conhecimentos.

Aplicação da atividade:

A atividade foi realizada com acadêmicos do curso de Ciências Sociais, participantes da disciplina Ensino, Pesquisa e Extensão II, no primeiro semestre de 2025, com duração de quatro horas-aula. Após a escuta do relato do estudante, realizou-se a exposição dialogada sobre epistemicídio, seguida da utilização dos materiais pedagógicos e da valorização de intelectuais e artistas negros.

Aspectos éticos:

O estudante que contribuiu com os relatos era menor de idade. Sua participação foi autorizada pelo responsável legal, que o acompanhou durante a realização da atividade, e assentida pelo próprio estudante. Para preservar sua identidade e a da instituição mencionada nos relatos, seus nomes foram mantidos em anonimato.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A abordagem dialógica possibilitou reconhecer a experiência como fonte legítima de conhecimento e como aporte para problematizar a discriminação racial na escola e na sociedade. A partir da bibliografia analisada, compreendeu-se o racismo como fenômeno estrutural que atravessa instituições e produz desigualdades, inclusive no campo educacional.
A prática desenvolvida a partir dos referenciais estudados mostrou potencial para traduzir conceitos teóricos em experiências pedagógicas concretas, articulando dimensões cognitivas, sensíveis e simbólicas. O recurso da mensagem invisível, posteriormente revelada pela luz negra, possibilitou uma aproximação com a ideia de apagamento de saberes, enquanto a valorização de intelectuais e artistas negros contribuiu para problematizar sua ausência ou sub-representação em currículos marcados por referências eurocentradas. A distribuição de poemas e bombons, por sua vez, constituiu uma estratégia simbólica de acolhimento e partilha.

CONCLUSÕES

O percurso investigativo permitiu articular referenciais teóricos sobre educação e relações raciais à construção de uma prática pedagógica antirracista. A experiência evidenciou que o enfrentamento ao racismo no campo educacional envolve não apenas a inserção da temática racial, mas também o reconhecimento e a valorização de sujeitos, saberes, memórias e produções historicamente silenciados.
Conclui-se que a escola e os espaços formativos podem constituir instâncias de intervenção política e pedagógica, nas quais conceitos teóricos podem ser traduzidos em práticas educativas capazes de problematizar desigualdades raciais e contribuir para a ressignificação das relações sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo

oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CARNEIRO, A. S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d’Água, 1995.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. 9. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.